



ASSOCIADOS-MG

Estado de Minas
Diário da Tarde
TV Alterosa
Guarani FM

NOTÍCIAS

Economia
Esportes
Informática
Internacional
Minas
Nacional
Política
Saúde
Veículos
Jornais e Revistas

SERVIÇOS

Paisagens Mineiras
CliqueVestibular
Simulados
Astral
Mercado Mineiro
Culinária
Uai Mail Gratuito
Sempre Um Papo
Tempo
Turismo

DIVERSÃO

Cinema
Bichano
CD Fácil
Quadrinhos
Chat
Webpesca

UAI VIP

E-mail

Assine UaiVIP
Disco Virtual

Mulher é maioria entre deficientes, diz estudo

22:49

(AF)

A maioria dos portadores de deficiência no país mora em área urbanizada, tem até três anos de escolaridade, é mulher e quase a metade deles (48%) ocupa a posição de chefe de família.

No Brasil, 24,5 milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência, incluindo física e mental, o que representa 14,5% da população em 2000. Esse dado inclui também as pessoas que se declaram incapazes de ouvir, enxergar e andar.

Esses dados fazem parte do livro "Retratos da Deficiência no Brasil", lançado nesta quinta-feira em Brasília. Pela primeira vez, uma publicação reúne informações de vários setores -saúde, educação, trabalho- relacionadas aos portadores de deficiência. "A principal característica da pesquisa é abordar tipos e graus de deficiência combinados com uma variedade de atributos sociodemográficos e políticas associadas ao setor", diz Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e responsável pelo trabalho.

Produzida em parceria com a Fundação Banco do Brasil, a publicação utilizou números do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de vários ministérios.

Desvantagem

Se comparado à média da população brasileira, o portador de deficiência tem desvantagem principalmente em dois setores: renda e escolaridade. A renda do trabalho dessas pessoas é R\$ 100 menor que a média geral -R\$ 529 contra R\$ 628-, mesmo tendo jornada semelhante. O agravante é que o portador de deficiência tem mais dificuldade para obter uma vaga.

Por isso, a pesquisa aponta a necessidade de políticas de assistência social e de apoio à família. "As políticas existentes para inclusão das pessoas com deficiência atacam conseqüências, e não as causas da insuficiência de renda. É importante pensar em ações complementares que dêem motivações para que esse grupo possa avançar de maneira mais autônoma e independente", diz o livro.

A legislação em vigor garante um salário mínimo mensal às pessoas com deficiências que tenham renda familiar per capita inferior a R\$ 60 (o que representa um quarto do mínimo). Isso é um dos pontos que explica o fato de 52,46% dessas pessoas se declararem inativas. Apenas 19,12% são empregados (com ou sem carteira assinada) e 12,14% trabalham por conta própria ou empregam alguém.

Existe ainda a lei de cotas, vigente desde 1999, que reserva de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de cem funcionários aos portadores de deficiência. O trabalho de Neri aponta que essa lei não é cumprida. "Os dados mostram que há não só barreiras físicas para essas pessoas [por causa da infraestrutura] como também sociais. O trabalho pode ajudar a romper as barreiras sociais geradas pela falta de informação", diz Dulcejane Vaz, diretora da área de saúde da Fundação Banco do Brasil, patrocinadora do estudo.

Quanto à escolaridade, as pessoas com deficiência tem, em média, um ano a menos de estudo em

Conheça o UaiVIP

ASSINANTES

Mudar Senha

Webmail

Classificados

Busca EM

Mais...

Selecione

relação ao total da população. A taxa dos que nunca freqüentaram a escola é de 21,6%, enquanto a média é de 16,3%. Além disso, pessoas com deficiência concluem com menor freqüência as séries nas idades previstas e muitas vezes interrompem o processo educacional.

A pesquisa mostra ainda que a situação se agrava quando é separado o chamado grupo PPI (pessoas com percepção de incapacidade). São aquelas que se declaram incapazes de ouvir, andar ou enxergar e os que têm deficiência mental. A pesquisa completa está no site www.fgv.br/cps.

 ANTERIOR ÍNDICE PRÓXIMO 